

Política

ADUBOS TREVO S.A. GRUPO LUXMA

CONSTITUINTE

Dura negociação nos temas trabalhistas

por Thais Bastos de Brasília

Nesta segunda-feira, o senador Almir Gabriel (PMDB-PA) entrega seu relatório à Comissão da Ordem Social para apreciação...

Apesar do cronograma formal, os entendimentos entre as várias forças políticas presentes na comissão estão a todo vapor.

A ala mais conservadora da Comissão, organizada em torno de empresários, PFL e PDS, e expressiva ala do PMDB, no entanto, admite que suas ideias serão novamente derrotadas na Comissão Temática...

Sarney convoca todos os relatores das comissões

por Edson Beú de Brasília

O presidente José Sarney deverá oferecer um jantar a todos os relatores das comissões da Constituinte e aos vice-líderes da Aliança Democrática, revelou, na sexta-feira, uma qualificada fonte do Palácio do Planalto.

Com esse encontro, Sarney dará continuidade ao seu trabalho de estreitar os contatos com a classe política, explicou um dos ministros da casa. Salientou que, assim, o governo busca manter a unidade da Aliança Democrática.

Rejeitada prorrogação de mandatos dos prefeitos

por Zanoni Antunes de Brasília

A cúpula do PMDB não apóia a tese de prorrogação do atual mandato dos prefeitos fixado na Constituição em seis anos.

A proposta de dilatar o mandato dos prefeitos (de seis para oito anos) estaria sendo articulada através de consultas a lideranças partidárias e governadores e que teria o patrocínio do próprio presidente José Sarney.

Richa insiste em bloquear novos estados

por Andrew Greenlees de Brasília

A discussão em torno da criação de oito novos estados no Brasil deverá acirrar-se nos próximos dias. Isso porque o senador José Richa, do PMDB paranaense, rejeitou a ideia em seu relatório, apresentado na sexta-feira à comissão de organização do Estado.

A principal alegação de Richa é de que criar estados foge à competência constitucional, sendo matéria para lei ordinária.

O conflito na questão da propriedade

por Francisco Stella Fagó de Brasília

Entre os oito anteprojotos das comissões temáticas da Constituinte, as restrições mais severas ao direito de propriedade são fixadas pelo senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

A proposta do relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), elaborada a partir de intensa negociação sobretudo com o senador Albano Franco (PMDB-SE) e com o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), conquistou críticas veementes do grupo progressista da comissão por causa das disposições sobre os direitos dos proprietários rurais — uma indicação das dificuldades a serem enfrentadas pelo projeto no

próximo fim de semana, durante a votação.

Bisol propõe uma novidade absoluta sobre a disciplina da propriedade no Brasil. Estabelece um elenco de causas para a perda da propriedade: pelo não uso, pelo uso impróprio, pelo uso meramente especulativo ou pelo uso "manifestamente inferior a potencialidade dos meios de produção". O anteprojeto, divulgado na sexta-feira por Bisol, estabelece três dimensões para a propriedade: garante direitos absolutos para a propriedade destinada a uso particular e da família do titular, estabelece que para os bens de produção a função social prevalece sobre o direito individual, e torna suscetíveis de desapropriação os bens que, embora não sejam bens de produção, são necessários para o cumprimento dos programas sociais.

Embora a forma de ressarcimento da desapropriação seja assunto de competência da Comissão da Ordem Econômica, há uma forte pressão na Comissão da Soberania pela defesa da indenização em dinheiro nas desapropriações. O anteprojeto aprovado pela Subcomissão dos Direitos Individuais e Garantias, elaborado pelo deputado Darcy Pozza (PDS-RS), assegurava "justa indenização em dinheiro".

Na opinião do deputado Roberto Freire (PCB-PE), a proposta de Severo Gomes "é um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra", por permitir ao proprietário

rural discutir judicialmente o ato da desapropriação. Também o deputado Vicente Bogo sustenta que ao proprietário deve ser admitido o direito de discutir apenas o valor da indenização.

Severo Gomes propõe que a União possa tomar posse imediata dos imóveis desapropriados. Mas o proprietário poderia discutir o ato desapropriatório na Justiça.

Saindo vencedor, receberia a indenização em dinheiro. Saindo derrotado, receberia títulos da dívida agrária.

Na avaliação de Vicente Bogo, a proposta privilegia demasiadamente os grandes proprietários rurais.

A proposta de Severo Gomes foi também combatida pelo grupo progressista por não ter incluído quaisquer disposições sobre reserva de mercado.

a estabilidade deve ser tratada em lei ordinária, que poderia penalizar as empresas, com multas crescentes em relação ao tempo de permanência do funcionário, em caso de demissão. Para fugir da multa, o empregador teria de demitir com falta grave comprovada judicialmente.

O relator, conforme avaliações de alguns parlamentares, pode adotar duas posturas distintas com relação ao tema: definir a estabilidade após dois anos de emprego para qualquer trabalhador ou adotar concessões do tipo contratos a termo, falta grave, etc.

Jornada de trabalho — A esquerda defende 40 horas semanais, 8 horas diárias. Na avaliação de Paulo Paim, várias categorias já praticam jornadas menores, como os bancários e os servidores públicos. Na indústria segundo ele, cerca de 60% dos trabalhadores

mantêm jornada de 44 horas. Ao mostrar os dados, ele afirma: "Por isso, não podemos negociar este ponto". Osvaldo Bender também prevê impasse nessa questão, admitindo que "a esquerda não vai querer negociar, pois também tem seus compromissos". Ele defende, no entanto, conforme emenda apresentada, que sejam fixadas as 40 horas mas deixada em aberto a possibilidade de o empregador manter 48 horas, sendo as 8 horas excedentes consideradas, neste caso, como horas extras, ou que sejam remuneradas em dobro. O relator da comissão tende a manter as 40 horas.

Direito de greve — "Inegociável. Talvez mais que a estabilidade, este tema suscitará as maiores polémicas", afirma Paim. Bender concorda. Ele defende o direito de greve com exceção dos órgãos de segurança nacional (Exército e forças policiais) e desde que o comando de greve nos setores de atividades essenciais (hospitais, fornecimento de água e luz, petróleo, etc.) se comprometa a manter um mínimo de funcionamento.

Sublocação de mão-de-obra — O bloco progressista da comissão quer extinguir o contrato de trabalho intermediário, entendendo que ele significa redução de salários para os empregados e ausência de garantias como contribuição à Previdência Social e estabilidade. Bender propõe fórmula mediadora, sugerindo que a sublocação de mão-de-obra seja mais fiscalizada, devendo lei ordinária rezer sobre as formas de fiscalização e penalidades aos infratores. Em seu relatório, o senador Almir Gabriel mantém a proibição de sublocação, conforme consta do projeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores.

É um absurdo o que estão para fazer na reforma tributária

Apreensivo com o andamento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o governador Pedro Simon aproveitou os dias em sua residência, na semana passada, para telefonar a todos os governadores do País e líderes do PMDB para denunciar o que classificou como uma proposta "irreal" e "absurda": a reforma tributária, nos termos em que foi aprovada no relatório da subcomissão da Constituinte que analisou o assunto.

Segundo Simon, se inserida no texto da nova Constituição, ela virá prejudicar imensamente os interesses do Rio Grande do Sul e da maioria dos estados, pois beneficia apenas São Paulo e Rio de Janeiro.

Ele alega que o estado sofre uma perda anual de cerca de CZ\$ 10 bilhões, por causa dos incentivos fiscais às exportações de calçados, produtos petroquímicos, autopeças e outros. Para agravar a situação financeira do estado — relata o repórter Milton Wells, de Porto Alegre — Simon agrega ainda a perspectiva de o Rio Grande do Sul vir a perder cerca de CZ\$ 2,8 bilhões.

Pemedebistas reúnem-se para aparar arestas

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, disse na última sexta-feira que as reuniões que vem realizando com os relatores das comissões temáticas da Constituinte visam chegar a um meio-termo em relação às diversas matérias em discussão nas comissões. Informou que é intenção das lideranças do PMDB que os oito relatórios a serem entregues pela comissões temáticas traduzam o pensamento médio do PMDB.

Segundo o senador Mário Covas, essas reuniões têm sido de grande importância para tentar aparar as arestas porventura existentes. Nas reuniões, das quais têm participado as principais lideranças do PMDB, entre elas o deputado Ulysses Guimarães, o deputado Luiz Henrique, e o senador Fernando Henrique, os relatores — todos do PMDB — apresentam suas propostas e discutem-nas com as lideranças partidárias, para que os relatórios fiquem em um termo médio.

Para o líder do PMDB na Constituinte, a nova Constituição brasileira não sairá por consenso, pois muitas coisas só serão decididas mesmo pelo voto em plenário.

Debate com empresários

O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, José Bernardo Cabral, estará em Belo Horizonte, no próximo dia 16, para debater com os empresários mineiros a nova Constituição. Bernardo Cabral realizará o trabalho final de organização e sistematização de todos os textos aprovados nas subcomissões e comissões, com poderes para alterar e rejeitar proposições. O encontro do dia 16 é promovido pela Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais.

O presidente da FCEMG, Renato Rossi, afirmou à EBN

que "a participação do empresário mineiro no debate com o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte é muito importante, pois já há matérias aprovadas nas subcomissões que colidem com o pensamento do empresário, na medida em que aumentam a interferência do Estado na economia e na sociedade".

Rossi disse ainda que, "o que precisamos é exatamente de uma Constituição duradoura, para que o País trabalhe com leis que possibilitem a tranquilidade social e assegurem os direitos dos cidadãos".

Votações podem definir novos partidos políticos

As votações nas comissões temáticas da Constituinte determinarão as bases para um novo quadro partidário, com modificações nas relações políticas da vida brasileira para os próximos anos, acha o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado. Ele explicou à EBN, na sexta-feira, que agora as manifestações na Constituinte determinarão as afinidades ideológicas e na etapa subsequente acontecerá a hora da verdade com a defesa pelos parlamentares de posições programáticas.

Chiarelli admitiu que dentro destas possíveis alterações da situação político-partidária, pode-se prever uma aproximação entre o seu partido e os parlamentares do PMDB que constituem o centro democrático. Ele entende que a união destes deputados permitirá maioria na Constituinte de pensamento liberal, sem a necessidade de apoio da extrema-direita para fazer frente às posições de esquerda.

tremendamente prejudicial", acusou Simon, em entrevista à agência Globo. Para ele, há uma tentativa de negar ao estado o ressarcimento do que perde com a isenção de ICM aos produtos exportáveis, prejudicando ainda mais a receita gaúcha, enquanto São Paulo poderá até mesmo dobrar sua arrecadação.

A advertência do governador surtiu efeito imediato. Reunida na sexta-feira a Mesa da Assembleia Legislativa decidiu desencadear uma mobilização envolvendo todos os setores

sociais, que, em comissão, irá a Brasília na próxima semana acompanhar a votação do projeto na Comissão da Reforma Tributária e tentar alterá-lo.

O PFL será beneficiado se as divergências internas do PMDB acabarem resultando na saída do chamado grupo progressista, liderado por Mário Covas. Foi o que admitiu, na sexta-feira Chiarelli, ao afirmar que, se o centro democrático se tornar majoritário e o "grupo esquerdista" sair, o diálogo entre o seu partido e o PMDB ficará mais fácil, inclusive a nível de estabelecimento de pontos administrativos comuns. Chiarelli, relata a Agência Globo, ressaltou que isso não quer dizer que atualmente não exista diálogo. Explicou que, com uma situação desta, os pontos de conflito seriam menores e os de concordância maiores. E a previsão do senador é de que o PMDB não conseguirá passar pela Constituinte inteira. Ele argumentou que agora, com as decisões das comissões, as divergências deverão aprofundar-se, pois exigirão definições programáticas e doutrinais.

MANDATO

“Vamos vencer os que querem dividir a Aliança Democrática”

por Edson Beú de Brasília

“Vamos manter a Aliança Democrática e vencer os que desejam dividi-la, quer por ambição quer por interesse pessoal”, esse foi o recado que o presidente José Sarney deu à classe política, durante o programa “Conversa ao Pé do Rádio”, na manhã de sexta-feira.

Momentos depois, quando embarcava para uma visita de um dia ao projeto “Calha Norte”, na região fronteira do Amazonas, Sarney reafirmou sua convicção na manuten-

ção da coligação formada pelo PMDB e PFL.

Referindo-se especificamente à ala do PMDB favorável a um mandato presidencial de quatro anos com eleições já no próximo ano, Sarney declarou que “há um grande sentimento de responsabilidade em todos nós, da Aliança Democrática, e um grande desejo de superar todas as divergências”. O presidente enfatizou a necessidade de as lideranças da Aliança se manterem unidas, para o País superar a crise. “Nestes tempos de dificuldades é preciso evitar qualquer divergência”, assinalou.

Ulysses ouve deputados sobre eleições diretas

por Zanoni Antunes de Brasília

O presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, almoçou na última sexta-feira com catorze parlamentares do seu partido e recolheu do encontro, segundo um dos participantes do almoço, deputado Luiz Henrique, líder na Câmara, a opinião de que ainda é cedo para marcar a data da convenção nacional do PMDB que definirá a posição do partido em relação à duração do mandato do presidente José Sarney.

O almoço, num restaurante da cidade, teve como objetivo sondar esse grupo de parlamentares sobre a proposta da convenção nacional que está sendo encaminhada pelo deputado Maurício Fruet, do PMDB do Paraná, que pede a convocação da convenção, através das bases, para os dias 27 e 28 deste mês. Caso o deputado paranaense tenha sucesso, as bases partidárias passarão por cima de uma decisão da Comissão Executiva do PMDB, que na última terça-feira decidiu pelo adiamento da convenção.

Para que a proposta de convocação da convenção nacional seja vitoriosa, o deputado Maurício Fruet (ex-prefeito da cidade de Curitiba) terá de conseguir a adesão de dois terços de convenções de pelo menos sete estados (258 assinaturas). Até a última sexta-feira, o autor da proposta já computava 150 assinaturas. O documento também foi assinado pelos líderes Fernando Henrique Cardoso (Senado) e Mário Covas, líder do partido na Constituinte.

Na defesa da realização da convenção nacional e da fixação imediata da posição do partido com relação à duração do mandato presidencial, o senador Mário Covas pondera que o PMDB não deve continuar protelando o problema. Para ele, adiar a convenção “não apesenta o assunto”.

O senador disse ainda que não participaria, agora, de uma campanha de rua pela realização de eleições em 1988, juntamente com outros partidos. No momento, explicou, o mais importante é tentar vencer o PMDB a tomar

uma posição sobre o tema. “O partido deve reunir-se e decidir pelo que a maioria acha”.

Na sua opinião, o mandato de cinco anos pretendido pelo presidente Sarney “só serve para ampliar a transição”, instalada no País quando da eleição pelo colégio eleitoral do presidente Tancredo Neves. “Quero convencer o meu partido”, enfatizou.

Covas acha ainda que o PMDB não deve ficar de fora da pregação das eleições presidenciais para o próximo ano. “O partido não tem o direito de não liderar essa posição”, reiterou o líder, acrescentando que o PMDB, por obrigação, “deve estar na frente desse acontecimento”. Considera, ainda, que a proposta de deputado Fruet sairá vitoriosa e cita como exemplo a decisão do diretório regional de São Paulo que, segundo Covas, não só votou pela convenção como antecipou o seu resultado ao se manifestar pelo mandato de quatro anos.

“Presidente deveria renunciar”

“Ao invés de exigir um mandato de cinco anos, atropelando a soberania da Assembleia Nacional Constituinte, o presidente Sarney deveria renunciar imediatamente e convocar eleições diretas já.” Essa posição foi defendida pelo ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes, que participou, em Salvador, de um debate promovido na sexta-feira pelo diretório central dos estudantes da Universidade Federal da Bahia.

Prestes declarou que a futura Constituição será profundamente conservadora, “pois os constituintes eleitos pelos monopólios, na mais cara de todas as eleições, têm agora de pagar com propostas que satisficam seus benefícios”. Mesmo defendendo eleições diretas já para presidente da República, o ex-secretário do PCB acha que uma eventual vitória de Leonel Brizola é uma tarefa difícil, “pois o ex-governador do Rio enfrenta a oposição dos grandes”.



Pedro Simon